



MANIFESTO

PELOS DIREITOS E DIGNIDADE DOS APOSENTADOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Os aposentados da Administração Pública têm sofrido na pele, com particular incidência, as consequências de décadas de políticas de desvalorização do trabalho, de destruição dos serviços públicos e de retirada de direitos sociais.

A contínua deterioração das pensões e prestações sociais tem tido efeitos devastadores nos níveis de pobreza e exclusão social, que sobem assustadoramente, com o conseqüente agravamento da situação dos aposentados.

As contínuas alterações ao Estatuto de Aposentação que têm reduzido as pensões e criado a insegurança e a incerteza generalizada; o congelamento desde 2009 para as superiores a €1500,00 e desde 2010 para a generalidade das pensões com exclusão apenas dos dois escalões mais baixos das pensões mínimas (pensões com valor igual ou inferior a 257 euros); o congelamento desde 2010 das pensões de aposentação com exclusão apenas dos dois escalões mais baixos das pensões mínimas (pensões com valor igual ou inferior a 257 euros); o confisco do subsídio de férias e de natal em 2012; a aprovação de um imposto, designado por Contribuição Extraordinária de Solidariedade, que incidiu apenas sobre os reformados e aposentados e que

representou um corte muito grande no seu rendimento disponível; o aumento injustificável da contribuição da ADSE de 1,5% para 3,5%; o enorme aumento de impostos que atingiu todos os portugueses a par da criação da sobretaxa assim como a diminuição das deduções das despesas com saúde em sede de IRS, são apenas algumas das medidas mais gravosas aplicadas aos aposentados, diminuindo dramaticamente os seus direitos.

As propostas eleitorais apresentadas pelo PSD, CDS e PS apontam para a continuação e até mesmo para o agravamento da situação dos aposentados, senão veja-se : a não retirada da sobretaxa, o aumento dos impostos, designadamente do IVA, o manterem os cortes nas pensões, o enfraquecimento do carácter público e solidário da Segurança Social quer através do plafonamento, quer através da redução da Taxa Social Única, entre outras.

Os aposentados têm lutado firmemente contra todas as medidas que têm vindo a agravar as suas condições de vida, na defesa do direito a pensões dignas, na defesa da CGA e do sistema público, universal e solidário da Segurança Social, defendendo não só os seus direitos como os direitos das futuras gerações.

Por esse motivo, reiteram as suas reivindicações por outras políticas, por medidas que defendam e respeitem os seus direitos:

- 1 - A reposição imediata de todos os salários, subsídios e pensões roubados desde 2011, incluindo as prestações sociais;
- 2 - O aumento das pensões de modo a atenuar a perda do poder de compra das pensões congeladas desde 2010;
- 3 - A devolução dos subsídios de férias e de natal confiscados em 2012;
- 4 - A reposição do pagamento do subsídio de Natal no mês de Novembro;
- 5 - O cumprimento da legalidade por parte da CGA, relativamente ao cálculo das pensões;

- 6 - A eliminação total da Contribuição Extraordinária de Solidariedade;
- 7 - A reposição das condições gerais para a aposentação sem penalizações, salvaguardando regimes específicos;
- 8 - A consolidação da ADSE como sistema de saúde autónomo para todos os trabalhadores da Administração Pública, independentemente do vínculo contratual, a par do reforço e melhoria dos serviços prestados aos beneficiários, assim como, a revogação do aumento da contribuição para a ADSE, sistema já suportado em mais de 60% pelos trabalhadores e a incidência do desconto sobre 12 meses e não sobre 14;
- 9 - O alargamento dos escalões do IRS e revisão das deduções fiscais, nomeadamente, a reposição da percentagem de 30% das despesas com a saúde que pode ser deduzida no IRS, em substituição dos 10% atuais;
- 10 - O fim da sobretaxa fiscal de 3,5%;
- 11 - A redução de 50% no custo dos passes sociais;
- 12 - O direito a uma habitação digna;
- 13 - O fim do encerramento, reconfiguração e privatização dos serviços públicos, em respeito pela Constituição da República Portuguesa e pelo cumprimento do papel do Estado na garantia das funções sociais.

HÁ SOLUÇÕES!

11 de Setembro de 2015